



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1252

## A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX.

Delton Aparecido Felipe,

Universidade estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão<sup>i</sup>

Fabiane Freire França<sup>ii</sup>

Universidade estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir como se deu a educação da população negra no Brasil no século XX. Utiliza-se para isso, o eixo explicativo dos Estudos Culturais, somado as teorizações foucaultianas. Argumenta-se que na formação do Estado moderno brasileiro, houve de dispositivos de marginalização da população negra como as políticas de branqueamento, mito democracia racial e os discursos sobre a miscigenação. Apesar dessas marginalizações, houve também de denúncias, em especial, dos movimentos negros desses processos de exclusão e é nesse contexto de resistência a uma identidade nacional eurocêntrica que a educação escolar passou a ser vista pelos negros e pelas negras como um espaço essencial para a inclusão de suas características culturais e políticas na identidade nacional.

**Palavras-chave:** Educação; População negra; Identidade nacional.

### Introdução

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil passou por um profundo período de transformações em decorrência do fim da escravidão negra, em 13 de maio de 1888, que durou aproximadamente 350 anos. Com isso, houve um intenso processo de adaptação e remodelação das relações de trabalho do regime escravo para o trabalho livre e assalariado (FELIPE, 2014).

<sup>i</sup> Professor da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão. Pós-Doutorando em História. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-Paraná com estágio de doutoramento junto ao Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores - da Universidade de Aveiro Portugal. Mestre em Educação e Graduado em História. [ddelton@gmail.com](mailto:ddelton@gmail.com)

<sup>ii</sup> Professora adjunta da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-Paraná, Mestre em Educação e Graduada em Pedagogia. [prof.fabianefreire@gmail.com](mailto:prof.fabianefreire@gmail.com)

No plano político, ocorria o fim da monarquia, desencadeada pelas disputas internas existentes desde a Independência do Brasil em 1822, pelos segmentos das classes dirigentes. Somada a esse fato havia também uma pressão internacional pela Proclamação da República brasileira, já que o Brasil era o único país na América Latina governado por uma monarquia.

No setor econômico houve crescimento dos setores de prestação de serviços e aumento da pequena indústria têxtil. Esses fatos estavam associados ao início do processo de urbanização, ao crescimento das camadas médias e ao aparecimento de um proletariado urbano, formado pelos imigrantes que, chegados ao país, abandonaram o trabalho na zona rural em direção às cidades.

Nesse contexto de transformações sociais, econômicas e políticas, acreditava-se que o projeto para viabilizar o progresso da nação, só poderia ser feito pelo homem branco, europeu e católico. A modernização do Brasil encontrou na população negra um entrave, porque, no final do século XIX, período em que se intensificaram as discussões sobre um Brasil desenvolvido nos padrões europeus, os negros e as negras ainda eram sujeitos escravizados. Isso, no pensamento dos ideólogos do projeto republicano, impediria o desenvolvimento do país e não permitiria o avanço econômico, contribuindo para que aumentassem os discursos em prol da abolição da escravidão no território brasileiro.

A busca do letramento e da instrução sempre foi considerada, pelo ideário republicano, uma condição para o exercício da cidadania e implementação da modernização da nação. No pensamento republicano brasileiro do século XIX, essas transformações eram fundamentais para a reconstrução do país dentro de uma perspectiva de progresso, mas para isso eram necessárias mudanças de comportamento, de hábito e apropriação de uma forma de organização política e econômica que levasse ao desenvolvimento nos moldes europeus (FERNANDES, 1978).

O primeiro entrave que a modernização teve com a população negra no Brasil vinculou a negritude<sup>iii</sup> a sujeitos da escravidão, o que foi solucionado com a promulgação de políticas que progressivamente levariam à abolição da escravidão.

---

<sup>iii</sup> Utilizamos as expressões negros e negras; população negra; negritude; sujeitos da negritude e culturas negras e não a expressão afrodescendente como está nos diversos documentos governamentais (BRASIL, 2003b; BRASIL, 2004) e em uma série de produções acadêmicas, porque, ao buscar as marcas históricas sobre o local do negro e da negra na constituição da identidade nacional, entendemos que os primeiros termos citados nos permitem um registro histórico mais amplo

Uma das leis elaborada, para resolver o problema da escravidão no Brasil, foi a Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871. Para Silvério (2004), na prática ela teve poucos efeitos para a negritude, pois dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, mas os mantinha sob a tutela do senhor até os 21 anos. Outra lei instituída, exatamente 14 anos depois, em 28 de setembro de 1885, foi a Lei do Sexagenário, que libertava todos os negros escravizados com mais de 60 anos, mediante a compensação do proprietário. Essa lei teve pouco efeito prático também já que a expectativa de vida dos homens e das mulheres, submetidos ao regime de escravidão nesse período, não passava dos 45 anos. E, finalmente, foi aprovada a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Isso permitiu, pelo menos legalmente, a liberação da população negra da escravidão.

A abolição chegou, porém não propiciou, às populações negras, o acesso aos bens produzidos nesse processo histórico, como terra, moradia e educação, para garantir uma vida digna. Os ex-escravos negros começaram a travar uma nova luta, que era de sobreviver diante de tantas desigualdades sociais e combater o racismo que se alastrava pela sociedade brasileira (FELIPE; TERUYA, 2010). Com a abolição da escravidão, os ideólogos da modernidade no Brasil se viram diante de outra problemática: como adaptar a população negra ao projeto de avanço econômico almejado?

### **As políticas de branqueamento e a construção da identidade nacional**

A adaptação da população brasileira ao ideal de desenvolvimento almejado pelas elites, teve como base os estudos científicos do final do século XIX que projetou um tipo ideal de sujeito para o progresso. Esse tipo ideal estava ligado às características dos arquitetos da modernidade, homens, brancos e europeus”, como argumenta Giroux, teórico norte-americano ao discutir o perfil do homem moderno posto pelo projeto iluminista do século ao XVIII para as sociedades ocidentais. (GIROUX, 1999, p. 145).

A população negra com a implementação do projeto da modernidade, tornaram-se sujeitos enredados no discurso do branqueamento, ou seja, a busca genética para eliminar as características africanas da população brasileira, pois essa

---

do que o último. Além disso, Guimarães (1999) argumenta que o racismo no Brasil está intrinsecamente ligado à cor, transformando os que têm a pele mais escura em negros e os que têm a pele mais clara em brancos, independente de sua ancestralidade africana.

população, ao se parecer mais com a população europeia, levaria o Brasil ao pretense progresso. “Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo” (ROMEIRO, 1998 apud BENTO, 2002, p. 23).

As políticas de branqueamento nesse período configuraram-se como uma das formas de assegurar a modernização do país. Não é por outra razão que o Estado brasileiro, no início do século XX, buscava a mão de obra europeia, cuja imigração ainda era celebrada cotidianamente nos meios de comunicação, principalmente no que se referia às imigrações italiana, alemã, polonesa, entre outras de origem europeia (MUNANGA, 1999).

As ideias eugenistas aportaram no Brasil, vindas da Europa no final do século XIX, e ganharam vigor na primeira metade do século XX, expandindo-se e buscando alternativas para melhorar a população brasileira, estimulando o povoamento da população branca no território brasileiro. Ao mesmo tempo, procuravam reduzir os contingentes considerados indesejáveis, por meio da expulsão sistemática, incluindo as restrições de acesso aos bens materiais e bens simbólicos, como a educação escolar. Nas palavras do médico baiano Nina Rodrigues (1862 a 1906), “a influência do negro, disse, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo; nada poderá deter a eliminação do sangue branco” (RODRIGUES, 1999, p. 28).

Esse tipo de narrativa discursiva abriria espaço às teorias de práticas sociais que projetavam uma nova nação, com possibilidade de eliminação ou a diminuição dos indesejáveis, tendo na negritude seu alvo preferencial. De todo modo, o projeto para modificar a população brasileira, trazendo imigrantes da população branca europeia, possibilitou a inversão do padrão racial da população brasileira, principalmente no que se refere à participação da população negra, que era de maioria populacional, 58% do total, conforme o Censo do Império em 1872. Para Andrews (1992), a imigração europeia, ocorrida entre o final do século XIX e o início dos anos 30 do século XX, implicou uma recomposição racial da população brasileira, com a participação dos brancos alcançando 64% no recenseamento de 1940.

Além das estratégias demográficas de branqueamento, outras foram formuladas para a construção de um perfil de estabilidade das transformações impostas, tendo sempre o sujeito do Iluminismo como padrão de explicação. O ideal

do branqueamento respaldou-se na desqualificação dos negros que supostamente não teriam capacidade de produzir em um sistema de livre iniciativa, bem como seriam moralmente degenerados. Dessa forma, a substituição da mão de obra negra pela branca imigrante e o incentivo à miscigenação, para gerar um povo cada vez mais branco, foram estratégias encontradas para melhorar gradativamente a população que compunha a nação brasileira.

Outro discurso que reverberou socialmente para a governamentalidade da população negra no Brasil na primeira metade do século XX foi o da mestiçagem. Nesse discurso não mais se negava a população negra como constitutiva da população brasileira, mas sim a aceitava-se enquanto um dos sujeitos da constituição nacional. Guimarães (2002, p. 168) afirma que, nesse período, os antropólogos, como Roger Bastide e Gilberto Freyre, enunciaram pela primeira vez a ideia de uma democracia racial e, com o tempo, a expressão ganhou “a conotação de ideal de igualdade e de oportunidade de vida e de respeito aos direitos civis e políticos que nos anos de 1950”.

Guimarães (2001), ao fazer uma genealogia do termo democracia racial, ressalta que esse termo foi empregado pela primeira vez por Arthur Ramos em 1941, durante um seminário de discussão sobre a democracia no mundo pós-fascista. Campos (2002) argumenta que Roger Bastide, em um artigo publicado no Diário de S. Paulo em 31 de março de 1944, no qual se reporta a uma visita feita a Gilberto Freyre, em Apipucos, Recife, também emprega a expressão, o que indica que apenas nos 1940 ela começa a ser utilizada pelos intelectuais. “Teriam Ramos ou Bastide cunhado a expressão ou a ouvido de Freyre? Provavelmente, trata-se de uma tradução livre das idéias [*sic*] de Freyre sobre a democracia brasileira” (CAMPOS, 2002, p. 77).

Na literatura acadêmica, a expressão democracia racial só aparecia alguns anos mais tarde, por volta de 1943. “O Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial”, escrevia Wagley, em 1952, na “Introdução” ao primeiro volume de uma série de estudos sobre relações entre negros e brancos no Brasil, patrocinados pela Unesco. Ao que parece, Arthur Ramos, Roger Bastide e, depois, Wagley introduziram na literatura a expressão que se tornaria não apenas célebre, mas a síntese do pensamento de toda uma época e de toda uma geração de cientistas sociais (GUIMARÃES, 2001; CAMPOS, 2002).

Se desde o início do século XX uma visão positiva recaía sobre a miscigenação, convivendo com posturas mais radicais de caráter puramente eugenista,

“a partir da década de 1930, ela sofre uma reinterpretação, momento em que os principais estudiosos brasileiros do assunto passaram a destacar os aspectos positivos da mestiçagem, momento em que se consolida a ideia de democracia racial” (TADEI, 2002, p. 4).

A fábula das três raças constituidoras do Brasil teria a função de integrar idealmente a população, depois da abolição, num marco comum, e que, por meio do branqueamento, atingiria, algum dia, homogeneidade e harmonia. A ideologia da integração das raças, fosse no plano sexual, da música, da mulher, do carnaval, mascararia a realidade das profundas diferenças de poder. Além disso, o próprio pressuposto da integração pelo branqueamento é profundamente racista e negador de uma identidade negra (DA MATTA, 1987).

Além da redução simbólica resultante das ações culturais de branqueamento, que incluíam a violenta repressão das manifestações culturais, artísticas e religiosas negras, as relações dos brancos com os indesejáveis tiveram apoio de políticas públicas de manutenção da inferiorização e desvalorização. A ação estatal, dirigida à população negra nessa época, estava reduzida basicamente à repressão policial e ao controle de endemias, que tinham em comum os métodos violentos (SEVCENKO, 1984).

As ideias de miscigenação, o branqueamento, a eliminação do elemento africano na constituição do povo brasileiro e a instituição da democracia racial comporiam uma rede discursiva própria da realidade brasileira. O processo de encontro entre as raças seria considerado pacífico ou ausente de maiores conflitos. Mesmo a escravidão brasileira era considerada mais branda, se comparada a dos outros países. Essas formas discursivas proporião saberes de como a população negra foi retratada no projeto de modernidade brasileiro.

### **A população negra e a sua escolarização no projeto nacional**

Ao trabalhar com a presença da população negra nas escolas, em especial na primeira metade do século XX, se deve considerar que a educação dessa população geralmente se dava de forma individual, por meio de organizações e movimentos sociais vinculados a causa negra e não necessariamente a políticas incentivadas

pelo Estado, já que para esse os imigrantes europeus que deveriam estar na escola para aprender a língua e a história nacional. O que nos leva a alertar o leitor que, apesar de poucas informações sobre a educação da negritude brasileira, encontramos essas informações em jornais da raça negra<sup>iv</sup> ou em pesquisas vinculado a história oral, realizadas com as lideranças do movimento negro<sup>v</sup>.

No início do século XX, mais especificamente nas décadas de 20 e 30, seriam mais perceptíveis as oportunidades educacionais para essas populações, “com a disseminação das escolas técnicas para atender à demanda do mercado de trabalho”. A autora destaca que essas escolas teriam propiciado “a escolarização profissional e superior de uma pequena parcela da população negra”, que veio a formar “uma nova classe social independente e intelectualizada”. “[...] Essas se constituíram na base da organização das primeiras reivindicações sociais negras na pós-abolição, e do movimento negro brasileiro” (DEMARTINI, 1989, p. 155).

Nesse contexto de reivindicações dos segmentos da população brasileira, que ainda não estava incorporada ao sistema educacional proposto pelos republicanos, vários intelectuais estavam preocupados com o alto índice de analfabetismo. Essa situação comprometeria os rumos da nação, já que o progresso econômico brasileiro dependeria da inclusão de todos os segmentos na escola pública.

Os debates de reformulação nas finalidades da escola pública brasileira limitaram-se no discurso, pois deixaram de atender aos interesses de determinados grupos sociais. O Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) defendia a escola como um direito e o dever do Estado para atender aos interesses dos indivíduos segundo as suas capacidades, mas isso não quer dizer que a população negra brasileira foi contemplada em tais reformulações, porque no imaginário da elite brasileira a capacidade cognitiva do negro e da negra era inferior à da população

---

<sup>iv</sup> Estou me referindo às seguintes publicações que tinham como objetivo denunciar as injustiças e mazelas que a negritude brasileira estava vivenciando mesmo após a escravidão: *O Menelick*, começou a circular em 1915. Em seguida: *A Rua* (1916), *O Alfinete* (1918), *A Liberdade* (1919), *A Sentinela* (1920), *O Getulino e o Clarim d' Alvorada* (1924) (MOURA, 1982).

<sup>v</sup> [...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo **aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro**, fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. **Entidades religiosas como terreiros de candomblé, por exemplo, assistenciais como as confrarias coloniais, recreativas como ‘clubes de negros’, artísticas** como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia, culturais como os diversos ‘centros de pesquisa’ e políticas como o Movimento Negro Unificado; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1999, p. 157, grifos do autor).

branca e. A pequena parcela da população negra que conseguiu ser inserida nas escolas nesse período foi alvo de uma educação eurocêntrica, que visava ao branqueamento social dessa população (SOUZA, 1998).

A luta da população negra para se inserir como sujeitos de direito sociais e jurídicos no Brasil foi intensa no decorrer do século XX. Um exemplo disso é a organização oficial do primeiro movimento negro brasileiro de cunho político a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 16 de setembro de 1931.

Domingues (2007) argumenta que as fontes primárias, desenvolvidas pela Frente Negra Brasileira, como o jornal **A Voz da Raça**, afirmam que a instrução foi uma das reivindicações mais cobradas pela FNB. Em quase todas as edições do jornal encontra-se alusão ao quadro de carência educacional da população negra e à necessidade de ela instruir-se.

Com o fim da Frente Negra Brasileira em 1937, Nascimento (1989) afirma que a reorganização política do sujeito da negritude em um movimento social em prol de direitos apenas aconteceu no final da década de 1970, na ascensão dos movimentos populares, sindical e estudantil. Isso não significa que, no período anterior, a população negra não tenha realizado algumas ações, por exemplo, a organização da União dos Homens de Cor (UHC), surgiu em 1943, em plena 'ditadura do Estado Novo'. Fundada em Porto Alegre, pelo farmacêutico João Cabral Alves, existiu nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná. Suas reivindicações eram próximas das ideias de inserção político-social, proposta pela Frente Negra Brasileira (DOMINGUES, 2007).

Em 1944, foi fundado o Teatro Experimental do Negro (TEN) na cidade do Rio de Janeiro, pelo intelectual negro, Abdias do Nascimento, ex-integrante da Frente Negra Brasileira. O TEN apresentava novas ideias, novas propostas, pois buscava, conforme Nascimento e Nascimento (2000, p. 55), "contestar a discriminação, formar atores afro-brasileiros, reivindicava a diferença e não apenas integrar-se à sociedade, reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e realizar cursos de alfabetização".

O Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950 na capital federal, também organizado pelo TEN, teve como temáticas: a necessidade da regulamentação e a organização das empregadas domésticas, campanhas de alfabetização e teses sobre manifestações de racismo. Em setembro, do ano de



1958, foi realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre a abertura do Primeiro Congresso Nacional do Negro. Os principais temas do congresso foram três eixos. Primeiro, a necessidade de alfabetização do negro frente à situação do Brasil de então. Segundo, a situação “do homem de cor” na sociedade, e terceiro, o papel histórico do negro no Brasil e demais nações (NASCIMENTO e NASCIMENTO, 2000).

Na década de 1950 ainda foi produzido uma série de estudos nas universidades brasileiras sobre os processos de marginalização e exclusão do negro e da negra no Brasil. Entre esses trabalhos, estão os de Florestan Fernandes e Roger Bastide, que realizaram estudos, patrocinados pela Unesco, com o objetivo de verificar o suposto caráter democrático das relações raciais no Brasil. Esses estudos culminaram na modificação substancial da interpretação até então vigente acerca das relações raciais no contexto da sociedade brasileira.

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1978, p. 20).

No bojo dessas discussões, o negro e a negra foram inseridos na organização identidade brasileira, a brasilidade, em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Diferente da Frente Negra Brasileira de 1931, o MNU já não buscava mais a integração da população negra ao projeto republicano de brasilidade e sim questionava a forma como esse projeto fora organizado.

Posso afirmar que o Movimento Negro Unificado adotava uma postura de questionamento dos padrões estabelecidos na sociedade brasileira e propunha uma nova política cultural para pensar raça e etnicidade no Brasil. O movimento negro adotou como uma das premissas a promoção de uma identidade étnica específica do negro. O discurso tanto da negritude quanto do resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância. Ou seja, “colocaram em questionamento os discursos eurocêntricos de marginalizar e abolir vozes multifacetadas” (GIROUX, 1999, p. 134).

As ações propostas pelo movimento negro intensificam as discussões em torno da situação dos negros e das negras na realidade social brasileira. Posso afirmar que, a partir dessas ações, se organizou no Brasil uma política de

transgressão, na qual fronteiras da modernidade começaram a ser desafiadas, deixando surgir, assim, outras possibilidades de brasilidades.

O Movimento Negro Unificado se organizava em torno do discurso de fomentar um processo de constituição da identidade positiva da população negra e de sua conscientização política na vida nacional. Esse movimento via o espaço escolar como um espaço fundamental para que a história e a identidade da população negra fossem ressignificadas no Brasil. Cruz (1989) argumenta que, entre as reivindicações estavam alicerçados na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; a capacitação de professores e de professoras para desenvolver uma pedagogia interétnica; a reavaliação do papel do negro na história do Brasil; e, por fim, a inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares.

Felipe (2009) argumenta que a luta do movimento negro, em especial, as reivindicações para incorporar nas suas ações a história da negritude no universo escolar, resultou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu artigo 26, parágrafo 4, ratifica que o “ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia” (BRASIL, 1996, p.27).

### **Considerações**

O projeto de universalização da educação, iniciado no século XIX e intensificado ao longo do século XX, levou vários coletivos ao espaço escolar, como uma estratégia de construção dessa identidade. No entanto, à medida que os coletivos adentraram o espaço escolar, as diferenças sociais foram postas na arena política e as diretrizes específicas foram aparecendo, como a segregação da população negra.

Apesar de algumas reivindicações da população negra terem sido incorporadas no projeto de brasilidade, como, por exemplo, a aprovação da Lei 10.639/2003, ainda é necessário considerar quais os rastros que a marginalização dessa população deixou no tecido social.

É necessário reconhecer as mudanças nos discursos que envolvem a educação da população negra no século XX e reconhecer que a aprovação de uma série de leis melhora a representação social dos negros e das negras no Brasil. No entanto, é necessário perguntar como essas diferenças, que foram historicamente construídas ainda ancoram as práticas sociais e marcam os discentes na atualidade.

## Referências

ANDREWS, George R. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 47-83, set. 1992.

BENTO, Maria Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Silva; CARONE, Iracy (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 23-58.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CAMPOS, Maria José. **Arthur Ramos: Luz e Sombra na Antropologia Brasileira: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940**. 2002. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, São Paulo, 2002.

CRUZ, Manoel de Almeida. **Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los**. Salvador: Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, 1989.

DA MATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco. 1987. p. 58-85.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. A escolarização do negro na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. **Ande: Revista da Associação Nacional de Educação**, São Paulo, n. 14, p.147-163, 1989

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo [online]**, Rio de Janeiro, v.12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FELIPE, Delton Aparecido. **Narrativas para alteridade: o cinema na formação de professores e professoras para o ensino de história e cultural afro-brasileira e africana na educação básica**. 2009. 152f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. Nota sobre as políticas em prol do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, SP, v. 39, p. 250-266, set. 2010.

FELIPE, Delton Aparecido. **Negritude em discurso: a educação nas revistas Veja e Época (2003-2010)**. 2014. 179f. (Tese) Doutorado -Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978. v. 1, 2.

GIROUX, Henry. Redefinindo as fronteiras da raça e da etnicidade: além da política do pluralismo. In: \_\_\_\_\_. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médica, 1999. p. 133-174.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 20, n. 61, p. 147-162, 2001.

**MANIFESTO** dos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional do Brasil. Ao povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 107-124.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Maria do. **A estratégia da desigualdade: o movimento negro dos anos 70**. 1989. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

NASCIMENTO. Abadias; NASCIMENTO, Elerkin. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. **Tirando a máscara**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 203-235.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1999.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília, DF: Ministério da Cultura: Fundação Cultural Palmares, 1999. p. 141-157.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVÉRIO, Valter R. Ação afirmativa: percepções da “casa grande” e da “senzala”. In: BARBOSA; Silva; Silvério (Org.). **De preto a afro-descendente: trajetória de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCAR, 2004. p. 321-342.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In. SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XIX**. São Paulo: Autores Associados, 1998. p.19-62.

TADEI, Emanuel Mariano. A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. **Psicologia Ciência Profissão**, v. 22, n. 4, p. 2-13, 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v22n4/02.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.